



Órgão : 6ª TURMA CÍVEL
Classe : AGRAVO REGIMENTAL NO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO
N. Processo : **20140020315485AGI**
(0032073-68.2014.8.07.0000)
Agravante(s) : MATHEUS LUCAS OLIVEIRA
Agravado(s) : ROMULO NASCIMENTO SALIBA VALENTE,
RAFAELLA SALIBA NASCIMENTO VALENTE,
REBECCA SALIBA NASCIMENTO VALENTE
Relator : Desembargador JAIR SOARES
Acórdão N. : 848573

E M E N T A

Bem de família. Impenhorabilidade. Irmãos.

1 - Os irmãos que residem no mesmo imóvel constituem entidade familiar. Gozam da proteção da impenhorabilidade do imóvel.

2 - Cabe ao exequente, se o caso, afastar a presunção de se tratar, o imóvel, de bem de família.

3 - Agravo não provido.

A C Ó R D ã O

Acordam os Senhores Desembargadores da **6ª TURMA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, **JAIR SOARES** - Relator, **VERA ANDRIGHI** - 1º Vogal, **ESDRAS NEVES** - 2º Vogal, sob a presidência da Senhora Desembargadora **VERA ANDRIGHI**, em proferir a seguinte decisão: **CONHECIDO. DESPROVIDO. UNÂNIME.**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília(DF), 11 de Fevereiro de 2015.

Documento Assinado Eletronicamente

JAIR SOARES

Relator

RELATÓRIO

Agravado regimental de decisão que negou seguimento a agravado de instrumento porque manifestamente improcedente (fls. 203/4).

Sustenta o agravado, em síntese, que o executado é irmão das co-proprietárias do imóvel penhorado, e não pai. E não reside no imóvel.

Ademais, a irmã do executado, já foi proprietária de outro imóvel residencial no Distrito Federal. A venda do imóvel foi simulada, por meio de procuração *“com o nítido propósito de esvaziar a presente demanda”*(f. 224).

Ressaltou que o imóvel – “kit” – não é comercial.

VOTOS

O Senhor Desembargador JAIR SOARES - Relator

A impenhorabilidade do bem de família objetiva resguardar a residência familiar de constrição judicial. Para os efeitos da impenhorabilidade, considera-se residência um único imóvel utilizado pela entidade familiar para moradia permanente (art. 5º).

Com as alterações sociais que influenciaram, sobretudo, o Direito de Família, o conceito de entidade familiar foi ampliado.

A impenhorabilidade do bem de família visa resguardar o direito fundamental à moradia, cujo fundamento é o princípio da dignidade da pessoa humana. Deve proteger não apenas aqueles ligados pelo vínculo do casamento e os filhos, mas qualquer entidade familiar, em sentido amplo.

Os irmãos que residem no mesmo imóvel constituem entidade familiar. Merecem, portanto, igual proteção.

Nesse sentido, julgados do e. STJ e deste Tribunal:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIROS. PENHORA INCIDENTE SOBRE IMÓVEL NO QUAL RESIDEM FILHAS DO EXECUTADO. BEM DE FAMÍLIA. CONCEITO AMPLO DE ENTIDADE FAMILIAR. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA.

1. "A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia" (EResp 182.223/SP, Corte Especial, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ 6/2/2002).

2. A impenhorabilidade do bem de família visa resguardar não somente o casal, mas o sentido amplo de entidade familiar. Assim, no caso de separação dos membros da família, como na hipótese em comento, a entidade familiar, para efeitos de impenhorabilidade de bem, não se extingue, ao revés, surge

em duplicidade: uma composta pelos cônjuges e outra composta pelas filhas de um dos cônjuges.

Precedentes.

3. Afinalidade da Lei nº 8.009/90 não é proteger o devedor contra suas dívidas, tornando seus bens impenhoráveis, mas, sim, reitera-se, a proteção da entidade familiar no seu conceito mais amplo.

4. Recurso especial provido para restabelecer a sentença." (REsp 1126173/MG, Rel. Ministro Ricardo Villas Boas Cueva, Terceira Turma, julgado em 09/04/2013, DJe 12/04/2013); *"EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. LEI 8009/90. IMPENHORABILIDADE. MORADIA DA FAMÍLIA. IRMÃOS SOLTEIROS. OS IRMÃOS SOLTEIROS QUE RESIDEM NO IMÓVEL COMUM CONSTITUEM UMA ENTIDADE FAMILIAR E POR ISSO O APARTAMENTO ONDE MORAM GOZA DA PROTEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE, PREVISTA NA LEI 8009/90, NÃO PODENDO SER PENHORADO NA EXECUÇÃO DE DÍVIDA ASSUMIDA POR UM DELES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO."* (REsp 159.851/SP, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Quarta Turma, julgado em 19/03/1998, DJ 22/06/1998, p. 100);

"EMBARGOS À EXECUÇÃO -- BEM DE FAMÍLIA - PENHORA - PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA - REJEIÇÃO - IRMÃOS SOLTEIROS - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE FAMILIAR - FAZENDA PÚBLICA - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS - APELO IMPROVIDO - UNÂNIME.

I - Não se caracteriza cerceamento de defesa a não oitiva do próprio embargante, eis que em seu depoimento nada traria de novo que pudesse se contrapor às provas por ele mesmo produzidas.

II - A impenhorabilidade do bem de família é matéria que pode ser discutida tanto em sede de embargos à execução, como também em mera petição nos autos, não se caracterizando a via eleita em procrastinação do feito, ainda mais quando requerida dilação probatória.

III - Muito embora sustente a apelante que irmãos solteiros não

podem ser abrangidos pelo benefício instituído pela Lei n.º 8.009/90, não se pode negar que eles formam um núcleo familiar, uma entidade, até mesmo porque o apelado é curador do outro."(Acórdão n.264926, 19990110294192APC, Relator: Des. Lecir Manoel da Luz, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 14/02/2007, Publicado no DJU Seção 3: 13/03/2007. Pág.: 116);

Ademais, consoante consignou o em. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, no julgamento do EREsp 182.223/SP, até mesmo o imóvel daquele que reside sozinho pode ser resguardado pela impenhorabilidade. Confira-se:

"A interpretação teleológica do Art. 1º, da Lei 8.009/90, revela que a norma não se limita ao resguardo da família. Seu escopo definitivo é a proteção de um direito fundamental da pessoa humana: o direito à moradia. Se assim ocorre, não faz sentido proteger quem vive em grupo e abandonar o indivíduo que sofre o mais doloroso dos sentimentos: a solidão. É impenhorável, por efeito do preceito contido no Art. 1º da Lei 8.009/90, o imóvel em que reside, sozinho, o devedor celibatário."(Corte Especial, DJ 07/04/2003, p. 209).

O bem é o único imóvel do executado e das irmãs, que foram admitidas como interessadas na execução que corre contra o irmão, conforme certidões negativas de propriedade dos ofícios de registro de imóveis do DF (fls. 167/72 e 174/6 e 178/81 e 183/4).

O executado e suas irmãs utilizam o imóvel para residência, conforme documentos de fls. 154/63, que não foram ilididos pelo agravante. O agravante, que se restringiu a afirmar que o executado não mora no imóvel, nada provou nesse sentido.

Ressalte-se que a decisão que julgou os embargos de declaração opostos pelo agravante esclareceu que o executado é irmão, e não pai, das coproprietárias do imóvel. Consignou, inclusive, que o equívoco em nada alterava a

conclusão do julgado.

Há apenas informação de que uma das irmãs foi proprietária de imóvel em Sobradinho/DF (fls. 173 e 182) e de que é proprietária de sala comercial (f. 177), sendo que a escritura informa que houve a venda dessa sala em 30.1.13 (fls. 185/7).

O agravante aduz que avenda do imóvel foi simulada, por meio de procuração "*com o nítido propósito de esvaziar a presente demanda*"(f. 224). No entanto, não produziu qualquer prova nesse sentido.

Caberia ao agravante, se o caso, afastar a presunção de se tratar, o imóvel penhorado, de bem de família, ônus do qual não se desincumbiu.

Tratando-se, portanto, de bem de família, e não incidindo qualquer das exceções à regra da impenhorabilidade, a providência era desconstituir a penhora sobre o imóvel.

O precedente do e. STJ citado pelo agravante refere-se a possibilidade de penhora das frações ideais de propriedade dos executados. Não refere-se a impenhorabilidade por tratar-se de bem de família.

Nego provimento.

A Senhora Desembargadora VERA ANDRIGHI - Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES - Vogal

Com o relator

DECISÃO

CONHECIDO. DESPROVIDO. UNÂNIME.